



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024

### REGISTRO DE PREÇOS – MEs E EPPs – LC 147/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 1837, centro, nesta Cidade, por seu Agente de Contratação/ Pregoeiro, designado pela Portaria nº 11/2024, torna público que às 09h00min do dia 10 de julho de 2024, na sede dessa Prefeitura Municipal do Estado do Paraná, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM**", nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 2021, Lei complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 11.462 de 2023, Decreto Municipal nº 45/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

**Data para início do recebimento das propostas:** A partir das 16h30min do dia 25/06/2024

**Data para fim de recebimento das propostas:** 08h00min do dia 10/07/2024.

**Início da sessão de disputa de preços:** às 09h00min do dia 10/07/2024.

**Referência de tempo:** horário de Brasília (DF).

Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

### **1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), conforme convênio de cooperação técnica celebrado entre o Município de Siqueira Campos e a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Siqueira Campos/ Pr, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

1.3 - O sistema de pregão eletrônico da Bolsa Licitações e Leilões do Brasil é certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

1.4 - O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços e operacionalização e uso do sistema.

1.5 - O Licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos neste Edital.

1.6 - Dúvidas em relação à operacionalização do sistema, como forma de anexar documentos ou operar durante a fase de disputa, por exemplo, devem ser direcionadas diretamente ao suporte da plataforma, não havendo conhecimento técnico dos servidores para prestar tais informações.

1.7. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01 – TERMO DE REFERENCIA

ANEXO 02 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

ANEXO 03 - DECLARAÇÕES UNIFICADAS

ANEXO 04 - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP

ANEXO 05 - DECLARAÇÃO LGPD

ANEXO 06 - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

## **2 - DO OBJETO**

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e serviços de autoelétrica para manutenção dos veículos da frota municipal de Siqueira Campos, a serem solicitados conforme a necessidade pelo período de 12 (doze) meses.

2.1 - A licitação é por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante, se for o caso, a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.2 O critério de julgamento adotado será o **menor preço do item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.3 O valor máximo deste edital é **R\$ 865.441,71 (oitocentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e um centavos)**.

## **3 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES BLL**

3.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <https://blcompras.com>.

3.2 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

3.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

3.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

3.7 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.8 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.10 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e- mail contato@bll.org.br.

## **4 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1 - **Poderão participar deste Pregão Eletrônico** empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação.

4.2 - O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.3 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.3.1 – Para os itens de até R\$ 80.000,00: A participação será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

### **4.4 - Não poderão disputar esta licitação:**

4.4.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);

4.4.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.4.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

4.4.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.4.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.4.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.4.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.4.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.4.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.4.10 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5 - O impedimento de que trata o item 4.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.6. - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.4.2 e 4.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.7 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8 - O disposto nos itens 4.4.2 e 4.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.10 - A vedação de que trata o item 4.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

5.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento da proposta.

5.3 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.3.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote;

5.3.2 - Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a data e horário fixado para recebimento das propostas.

5.5 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.7.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.7.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.8 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.8.1 - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.8.2 - Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.9 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total do item; em moeda corrente nacional, expressos em algarismo, fracionados até o limite de 02 (duas) casas após a vírgula;

b) Marca/ modelo;

c) Fabricante;

d) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**NOTA IMPORTANTE: é vedada a identificação dos proponentes licitantes, em qualquer hipótese, antes do término da fase de lances competitiva do pregão, sob pena de desclassificação.**

6.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.9.1 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 6.7.





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

6.10 - O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até o horário estabelecido para o seu recebimento.

7.2.1 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6 - O lance deverá ser ofertado pelo *valor do item*.

7.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**

7.10 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.11 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “ABERTO”.

7.12 - Para o envio de lances no pregão eletrônico nesse modo de disputa, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

7.12.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.19.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

7.19.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1 - **Havendo eventual empate entre propostas ou lances**, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2 - **Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:**

a) Empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

b) Empresas brasileiras;

c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.21 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.4 - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.5 - O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta final ajustada, declaração contendo informações para assinatura do contrato, conforme Anexo V do Edital.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

7.21.6 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8 - DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

b) Consulta de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).

c) SICAF;

d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>; e

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

f) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar) requerido.php).

8.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.2.1 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.2.2 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.1 e 5.3 deste edital.

8.5 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.6 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) Contiver vícios insanáveis;

b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9 - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Encerrada a etapa de lances, para fins de habilitação ao certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos relativos, e de acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei nº 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor na fase de habilitação, dos quais deverão ser enviadas no prazo de até 02 (duas) horas, após o envio de mensagem do pregoeiro via sistema para tanto:

9.1.1 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.1.2 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.3 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.1.4- Para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **9.2 - Habilitação Jurídica**

9.2.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

9.2.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.4 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

9.2.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.2.7 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

9.2.8 - Agricultor familiar (quando for o caso): Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);

9.2.9 – Produtor Rural (quando for o caso): matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);

9.2.10 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**OBS.: O contrato social pode ser substituído por certidão simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais do licitante e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias.**

9.2.11 - RG e CPF ou CNH do Sócio Administrador;

## 9.3 – Habilitação fiscal, social e trabalhista:

9.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), **comprovando que o ramo da atividade é pertinente e compatível com o objeto licitado**;

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.

9.3.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.7 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.3.8 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

## 9.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

9.4.1 - Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#); (Caso não conste na Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados da data da sua emissão).

9.4.2 – Balanço patrimonial **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**;

9.4.2.1 Os documentos solicitados no item anterior limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.4.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

## 9.5 – Declarações:

9.5.1 - Declarações Unificadas (conforme Anexo III do Edital).

9.5.2 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.5.3 - A falsidade das declarações tratadas neste item sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

9.5.4 - Declaração de enquadramento em regime de tributação de microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser um ME ou EPP), (conforme Anexo IV do Edital).



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

9.5.5 - Declaração de LGPD, (conforme Anexo V do Edital).

## 9.6 – Qualificação Técnica ou Requisitos do Objeto

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens ou serviços compatíveis ou similares com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica.

b) Em sede de diligência, poderão ser requisitados documentos complementares, no sentido de comprovar o que está sendo afirmado no teor do atestado de qualificação técnica apresentado.

**9.7** – A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**9.8** – Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.8.1** – A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**9.9** - Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**9.9.1**- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

**9.9.2** - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**9.9.3** - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**9.9.4** - O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

**9.9.5** - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**9.9.6** - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) Ata de fundação;

b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.9.7 - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**9.10** - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.11. - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.12 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico- financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.12.1 - Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.13 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.14 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.15 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.16 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais em plataformas ou cadastros (PNCP, BLL) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.16.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.17 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.17.1 - Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no máximo, duas horas úteis, contado da solicitação do pregoeiro.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

9.18 - A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.18.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.19 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.20 - Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.21 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observando o prazo disposto no subitem 9.17.1.

9.22 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **9.23 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

9.23.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

9.23.2 As impugnações e esclarecimentos deverão ser anexados no sistema, Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) em campo próprio ou encaminhados via e-mail para o pregoeiro, através do endereço eletrônico: [licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br](mailto:licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br).

9.23.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

9.23.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.23.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **10 - DOS RECURSOS**

10.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2 – Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

prazo de no mínimo quinze minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.3 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.4 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.5 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.6 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.7 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.9 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.10 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.11 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.siqueiracampos.pr.gov.br/licitacao>.

## **11 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

11.1 – A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada diretamente na plataforma BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), ou no e-mail: [licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br](mailto:licitacao@siqueiracampos.pr.gov.br) no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, no caso de envio da proposta via e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o(a) pregoeiro(a) para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O (a) pregoeiro (a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Siqueira Campos quanto do emissor;

11.1.1 - Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências, o (a) pregoeiro (a) DESCLASSIFICARÁ ou INABILITARÁ, conforme o caso, e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

11.2 – A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

11.2.1 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.

11.3 – Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (limitada a 02 (duas) casas após a vírgula) e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1 – Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4 – A proposta deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.5 – A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.6 – A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.7 – As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1 – A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 – Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 – Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 – Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 – A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **13 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1 – Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 – Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura,



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.3 – O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.4 – Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5 – O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ATA, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 prorrogável, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.6 – Previamente à contratação a Administração poderá realizar consulta aos portais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.7 – Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

13.8 – Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **14 - REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

14.1 - Os preços registrados poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida na letra "d" do inciso II, do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.2 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

14.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

14.2.3 - A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos ou instrumentos equivalentes com fundamento no



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

14.3 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata.

14.3.1 - A detentora da Ata não poderá interromper os serviços durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

14.3.2 - A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo a análise dos preços e a deliberação a respeito do pedido pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos e decisão final do Secretário Gestor do contrato.

14.3.3 - Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- b) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- c) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
- d) Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

14.3.3.1 - Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

14.3.3.2 - Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar.

14.4 - Se não houver prova efetiva de desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

14.4.1 - Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem acima, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

14.5 - O reequilíbrio será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

14.5.1 - A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os bens e serviços empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

14.6 - Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

14.7 - Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.8 - Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.

14.9 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

## **15 – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

15.1 - O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

a) For liberado;

b) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

e) Não aceitar o preço revisado pela Administração.

15.2 - A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

a) Pelo decurso do prazo de vigência;

Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

c) Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

d) Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

15.3 - No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.3.1 - O fornecedor ou prestador será notificado pessoalmente para apresentar defesa no prazo de cinco dias, a contar do recebimento da comunicação.

15.3.2 - A notificação poderá ser feita por meio eletrônico.

## **16 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

O valor decorrente desta licitação correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.30.26.00	Material elétrico e eletrônico		
3.3.90.30.99.00	Demais materiais de consumo		
3.3.90.39.05.00	Serviços gerais de elétrica veicular		
DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	DEPARTAMENTO
(35)02.001/2.012/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de contratos, licitações e compra de materiais.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

(51)02.001/2.101/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de recebimento e distribuição de materiais.
(60)02.001/2.102/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de recursos humanos.
(67)02.001/2.105/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de indústria, comércio, trabalho e emprego.
(79)02.001/2.104/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de tecnologia e informática.
(87)02.001/2.107/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de convênios.
(93)02.001/2.108/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de turismo.
(96)02.001/2.109/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Fundo Municipal do trabalho.
(98)02.001/2.110/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Fundo de inovação.
(134)03.001/2.116/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000,104,107	Fundo municipal de educação – Fundamental
(110)03.001/2.117/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000,104	Fundo municipal de educação – Infantil.
(147)03.001/2.144/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Fundo municipal de educação – EJA.
(151)03.002/2.119/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de esporte amador.
(154)03.002/2.121/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de esportes de base.
(161)03.002/2.122/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de esportes diversos.
(176)03.003/2.113/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de cultura.
(194)04.001/2.123/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão municipal de proteção social básica e especial.
(205)04.001/2.124/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de habitação.
(210)04.001/2.125/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000,940	Fundo municipal de assistência social.
(227)04.001/6.932/3.3.90.30.00	Material de consumo	942	Assistência social PPAS I Estado
(240)04.001/2.142/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Fundo municipal de habitação.
(245)04.002/2.128/3.3.90.30.00	Material de consumo	303,1494	Divisão de farmácia, epidemiologia e atenção primária.
(249)04.002/2.062/3.3.90.30.00	Material de consumo	6494	Programa Pró Vigia PR – Custeio Estadual.
(255)04.002/2.129/3.3.90.30.00	Material de consumo	303,1494	Divisão de vigilância sanitária.
(268)04.002/2.131/3.3.90.30.00	Material de consumo	303	Divisão de atenção básica a saúde e transporte de pacientes.
(279)04.002/2.132/3.3.90.30.00	Material de consumo	303	Divisão de agendamento e atendimento aos usuários do SUS.
(290)04.002/2.134/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000,303	Fundo Municipal de Saúde.
(309)04.002/2.145/3.3.90.30.00	Material de consumo	303	Divisão de suprimentos da saúde.
(315)05.001/2.136/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de inspeção municipal.
(327)05.001/2.047/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Manutenção da divisão de agricultura.
(343)05.002/2.137/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de desenvolvimento urbano e ambiental.
(351)05.002/2.138/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Fundo municipal do meio ambiente.
(383)05.003/2.139/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000,511	Divisão de manutenção de veículos e equipamentos.
(361)05.003/2.952/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000,511	Manutenção do posto de bombeiro comunitário.
(398)05.003/2.143/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de transporte.
(411)05.004/2.118/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de trânsito.
(37)02.001/2.012/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de contratos licitações e compra de materiais
(53)02.001/2.101/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de recebimento e distribuição de materiais
(61)02.001/2.102/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de recursos humanos
(69)02.001/2.105/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de indústria, comércio, trabalho e emprego
(75)02.001/2.103/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de comunicação e Marketing
(80)02.001/2.104/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de tecnologia e informática
(88)02.002/2.107/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de convênios
(94)02.002/2.108/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de turismo
(97)02.002/2.109/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Fundo Municipal do trabalho



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

(99)02.002/2.110/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Fundo de inovação
(120)03.001/2.059/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,104,107	Serviços de transporte escolar
(137)03.001/2.116/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,104,107	Fundo Municipal de Educação – Fundamental
(112)03.001/2.117/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,104	Fundo Municipal de Educação – Infantil
(163)03.002/2.122/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de esportes diversos
(179)03.003/2.113/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de cultura
(197)04.001/2.123/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão municipal de proteção social básica e especial.
(207)04.001/2.124/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de habitação.
(213)04.001/2.125/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,940	Fundo municipal de assistência social.
(222)04.001/2.126/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Fundo Municipal dos direitos da criança e do adolescente
(229)04.001/6.932/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	942	Assistência social PPAS I Estado
(241)04.001/2.142/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Fundo municipal de habitação.
(246)04.002/2.128/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	303	Divisão de farmácia, epidemiologia e atenção primária
(257)04.002/2.129/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	303	Divisão de vigilância sanitária
(270)04.002/2.131/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,303	Divisão de atenção básica a saúde e transporte de pacientes
(280)04.002/2.132/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	303	Divisão de agendamento e atendimento aos usuários do SUS
(292)04.002/2.134/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,303	Fundo Municipal de Saúde
(317)05.001/2.136/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de inspeção municipal
(328)05.001/2.047/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Manutenção da divisão de agricultura
(345)05.002/2.137/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de desenvolvimento urbano e ambiental
(385)05.003/2.139/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,511	Divisão de manutenção de veículos e equipamentos
(363)05.003/2.952/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Manutenção do posto de bombeiro comunitário
(399)05.003/2.143/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de transporte
(412)05.004/2.118/3.3.90.30.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de trânsito

## **17. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

17.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado ao Prefeito Municipal para Adjudicação e homologação do processo, ou demais determinações nos termos do artigo 71, IV da Lei 14133/21.

## **18. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

18.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 720, de 05 de outubro de 2015. Para os propósitos desta



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.7. Os casos omissos serão regidos pela legislação vigente e aplicável.

Siqueira Campos, 17 de junho de 2024.

Juliana Cristina de Souza  
Agente de Contratação/ Pregoeira  
Portaria n. 11/2024



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/2021

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024**

#### **1 - DO OBJETO**

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e serviços de autoelétrica para manutenção dos veículos da frota municipal de Siqueira Campos, a serem solicitados conforme a necessidade pelo período de 12 (doze) meses.

#### **1.1 - DA DESCRIÇÃO E ORÇAMENTO ESTIMADO**

Na tabela abaixo, consta as especificações e valores dos produtos conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

**\* EM CASO DE DIVERGÊNCIA EXISTENTE ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO DESCRITO NO SITE DA BLL E AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTE TERMO, PREVALECERÃO AS ÚLTIMAS.**





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

Página: 1 / 11

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL SIQUEIRA CAMPOS</b> RELATÓRIO: RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO (PREF	Nr.: null/2024 - null	
	CNPJ: 76.919.083/0001-89      Telefone: (43) 3571-1122 RUA MARECHAL DEODORO 1837, 1837 CEP: 84940-000 - Siqueira Campos PR	Processo Administrativo: 82/2024 Data do Processo: 05/06/2024

## ANEXO I RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	40,000	UND	ANEL ADAPTADOR P/ LAMPADA H4 - ANEL ADAPTADOR P/ LAMPADA H4	15,6300	625,20
2	10,000	UND	ANEL DE AJUSTE P/ROLAMENTO 6.003 - ANEL DE AJUSTE P/ROLAMENTO 6.003	52,8100	528,10
3	8,000	UND	ANEL DE AJUSTE P/ROLAMENTO 6.201 - ANEL DE AJUSTE P/ROLAMENTO 6.201	45,6200	364,96
4	8,000	UND	ANEL DE AJUSTE P/ROLAMENTO 6.202 - ANEL DE AJUSTE P/ROLAMENTO 6.202	40,6500	325,20
5	8,000	UND	ANEL DE AJUSTE P/ROLAMENTO 62.201 - ANEL DE AJUSTE P/ROLAMENTO 62.201	25,5700	204,56
6	30,000	UND	BATERIA - 101 AH - BATERIA - 101 AH	513,2300	15.396,90
7	24,000	UND	BATERIA - 150 AH - BATERIA - 150 AH	649,7800	15.594,72
8	15,000	UND	BATERIA - 45 AH - BATERIA - 45 AH	389,4500	5.841,75
9	10,000	UND	BATERIA 50 AH - BATERIA 50 AH	340,9100	3.409,10
10	25,000	UND	BATERIA - 60 AH - BATERIA - 60 AH	405,1500	10.128,75
11	8,000	UND	BATERIA - 70 AH - BATERIA - 70 AH	570,5300	4.564,24
12	10,000	UND	BLOCO DE FAROL UNIVERSAL - BLOCO DE FAROL UNIVERSAL	292,6600	2.926,60
13	2,000	UND	BOBINA DE CAMPO PARTIDA 28 MT 12 VOLTS - BOBINA DE CAMPO PARTIDA 28 MT 12 VOLTS	323,0900	646,18
14	20,000	UND	BOBINA DE CAMPO PARTIDA 28 MT 24 VOLTS - BOBINA DE CAMPO PARTIDA 28 MT 24 VOLTS	361,7800	7.235,60
15	8,000	UND	BOBINA DE CAMPO PARTIDA BOSCHINHO - BOBINA DE CAMPO PARTIDA BOSCHINHO	253,5500	2.028,40
16	8,000	UND	BOBINA DE CAMPO PARTIDA JF 12 VOLTS - BOBINA DE CAMPO PARTIDA JF 12 VOLTS	251,1100	2.008,88
17	8,000	UND	BOBINA DE CAMPO PARTIDA JF 24 VOLTS - BOBINA DE CAMPO PARTIDA JF 24 VOLTS	263,6700	2.109,36
18	4,000	UND	BOBINA DE CAMPO PARTIDA KB - BOBINA DE CAMPO PARTIDA KB	455,9300	1.823,72
19	4,000	UND	BOBINA DE CAMPO PARTIDA PERKINS - BOBINA DE CAMPO PARTIDA PERKINS	309,2800	1.237,12
20	4,000	UND	BOBINA DE CAMPO PARTIDA PRESTOLITE 12 VOLTS - BOBINA DE CAMPO PARTIDA PRESTOLITE 12 VOLTS	334,4200	1.337,68
21	4,000	UND	BOBINA DE CAMPO PARTIDA PRESTOLITE 24 VOLTS - BOBINA DE CAMPO PARTIDA PRESTOLITE 24 VOLTS	261,1600	1.044,64
22	4,000	UND	BOBINA DE IGNIÇÃO VOLKSWAGEN - BOBINA DE IGNIÇÃO VOLKSWAGEN	493,1300	1.972,52





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

Página: 2 / 11

23	4,000	UND	BOBINA DE IGNIÇÃO FIAT - BOBINA DE IGNIÇÃO FIAT	422,4800	1.689,92
24	8,000	UND	BOMBA INJETADOR DE AGUA PARABRISAS BICO FINO - BOMBA INJETADOR DE AGUA PARABRISAS BICO FINO	59,9700	479,76
25	8,000	UND	BOMBA INJETADOR DE AGUA PARABRISAS BICO GROSSO - BOMBA INJETADOR DE AGUA PARABRISAS BICO GROSSO	71,8000	574,40
26	8,000	UND	BOMBA DE COMBUSTIVEL GASOLINA - BOMBA DE COMBUSTIVEL GASOLINA	283,7300	2.269,84
27	10,000	UND	BOMBA DE COMBUSTIVEL FLEX- - BOMBA DE COMBUSTIVEL FLEX-	363,6800	3.636,80
28	8,000	UND	BOTAO DE BUZINA - BOTAO DE BUZINA	45,6000	364,80
29	20,000	UND	BOTAO DE PARTIDA - MB - BOTAO DE PARTIDA - MB	87,1800	1.743,60
30	8,000	UND	BOTAO DE PARTIDA MINI - BOTAO DE PARTIDA MINI	45,1300	361,04
31	8,000	UND	BOTAO DE PARTIDA UNIVERSAL DKN - BOTAO DE PARTIDA UNIVERSAL DKN	53,8300	430,64
32	12,000	UND	BOTÃO INTERRUPTOR DE EMERGENCIA ALERTA MB - BOTÃO INTERRUPTOR DE EMERGENCIA ALERTA MB	168,2600	2.019,12
33	7,000	UND	BUZINA A AR 12 VOLTS - BUZINA A AR 12 VOLTS	267,6500	1.873,55
34	7,000	UND	BUZINA A AR 24 VOLTS - BUZINA A AR 24 VOLTS	298,3800	2.088,66
35	7,000	UND	BUZINA BIP-BIP - 12 VOLTS - BUZINA BIP-BIP - 12 VOLTS	100,2900	702,03
36	7,000	UND	BUZINA BIP-BIP - 24 VOLTS - BUZINA BIP-BIP - 24 VOLTS	136,1500	953,05
37	7,000	UND	BUZINA CARACOL - DUPLA - BUZINA CARACOL - DUPLA	154,7500	1.083,25
38	7,000	UND	BUZINA CARACOL INDIVIDUAL - BUZINA CARACOL INDIVIDUAL	97,8600	685,02
39	20,000	UND	CABO DE BATERIA 0,35 MM - CABO DE BATERIA 0,35 MM	95,7200	1.914,40
40	20,000	M	CABO DE BATERIA - 0,50 MM - CABO DE BATERIA - 0,50 MM	127,3800	2.547,60
41	6,000	PÇ	CABO DE IGNIÇÃO SUPRESSIVO VOLKS - CABO DE IGNIÇÃO SUPRESSIVO VOLKS	323,9000	1.943,40
42	6,000	PÇ	CABO DE IGNIÇÃO SUPRESSIVO FIAT - CABO DE IGNIÇÃO SUPRESSIVO FIAT	196,0600	1.176,36
43	6,000	PÇ	CABO DE IGNIÇÃO SUPRESSIVO GM - CABO DE IGNIÇÃO SUPRESSIVO GM	228,2900	1.369,74
44	50,000	UND	CABO DE INSTALACAO 2X1 MM - CABO DE INSTALACAO 2X1 MM	14,3600	718,00
45	50,000	UND	CABO DE INSTALACAO 4X1 MM - CABO DE INSTALACAO 4X1 MM	28,2000	1.410,00
46	50,000	UND	CABO DE INSTALACAO 6X1 MM - CABO DE INSTALACAO 6X1 MM	31,2300	1.561,50
47	10,000	PÇ	CAME PARA VOLANTE - CAME PARA VOLANTE	73,2800	732,80
48	4,000	UND	CHAVE DE SETA - DO FUSCA/KOMBI 03 ALAVANCAS - CHAVE DE SETA - DO FUSCA/KOMBI 03 ALAVANCAS	240,5300	962,12
49	3,000	UND	CHAVE DE SETA DOBLO - CHAVE DE SETA DOBLO	669,3300	2.007,99
50	4,000	UND	CHAVE DE SETA - GOL BOLA G2 - CHAVE DE SETA - GOL BOLA G2	261,6300	1.046,52
51	15,000	UND	CHAVE DE SETA MB - ALAVANCA CURTA - CHAVE DE SETA MB - ALAVANCA CURTA	354,3900	5.315,85
52	20,000	UND	CHAVE DE SETA MB - ALAVANCA LONGA - CHAVE DE SETA MB - ALAVANCA LONGA	408,8600	8.177,20
53	8,000	UND	CHAVE DE SETA - PALIO/STRADA - CHAVE DE SETA - PALIO/STRADA	619,1500	4.953,20



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

Página: 3 / 11

54	5,000	UND	CHAVE DE SETA - UNO FIRE - CHAVE DE SETA - UNO FIRE	609,3200	3.046,60
55	4,000	UND	CHAVE GERAL DE FACA - CHAVE GERAL DE FACA	170,7500	683,00
56	4,000	UND	CHAVE GERAL DE PAINEL 500AH - CHAVE GERAL DE PAINEL 500AH	331,8700	1.327,48
57	5,000	UND	CHAVE GERAL MANUAL 1000AH - CHAVE GERAL MANUAL 1000AH	415,4400	2.077,20
58	4,000	UND	CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA 28MT - CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA 28MT	466,8400	1.867,36
59	10,000	UND	CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA BOSCHINHO - CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA BOSCHINHO	298,1400	2.981,40
60	3,000	UND	CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA FIAT DUCATO - CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA FIAT DUCATO	394,7200	1.184,16
61	8,000	UND	CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA JF 12 VOLTS - CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA JF 12 VOLTS	324,9500	2.599,60
62	8,000	UND	CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA JF 24 VOLTS - CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA JF 24 VOLTS	369,7500	2.958,00
63	6,000	UND	CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA KB GRANDE - CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA KB GRANDE	483,0600	2.898,36
64	6,000	UND	CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA KB PEQUENO - CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA KB PEQUENO	463,0000	2.778,00
65	4,000	UND	CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA PERKINS - CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA PERKINS	371,0600	1.484,24
66	4,000	UND	CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA PRESTO - CHAVE MAGNETICA DE PARTIDA PRESTO	448,5000	1.794,00
67	40,000	UND	CHAVE - TIC-TAC - CHAVE - TIC-TAC	57,9900	2.319,60
68	5,000	UND	CILINDRO DE IGNICAO - FIAT PALIO - CILINDRO DE IGNICAO - FIAT PALIO	311,1300	1.555,65
69	5,000	UND	CILINDRO DE IGNICAO - FIAT UNO - CILINDRO DE IGNICAO - FIAT UNO	233,5400	1.167,70
70	5,000	UND	CILINDRO DE IGNICAO - MB - CILINDRO DE IGNICAO - MB	235,6700	1.178,35
71	4,000	UND	COMUTADOR DE IGNICAO CARGO - COMUTADOR DE IGNICAO CARGO	276,0300	1.104,12
72	4,000	UND	COMUTADOR DE IGNICAO FIAT STRADA - COMUTADOR DE IGNICAO FIAT STRADA	215,7800	863,12
73	8,000	UND	COMUTADOR DE IGNICAO GOL - COMUTADOR DE IGNICAO GOL	250,8800	2.007,04
74	10,000	UND	COMUTADOR DE IGNICAO MB - COMUTADOR DE IGNICAO MB	233,1300	2.331,30
75	8,000	UND	COMUTADOR DE IGNICAO UNO FIRE - COMUTADOR DE IGNICAO UNO FIRE	261,7500	2.094,00
76	8,000	UND	ESCOVA DE PARTIDA KB - ESCOVA DE PARTIDA KB	113,2500	906,00
77	10,000	UND	ESCOVAS DE PARTIDA - BOSCHINHO - ESCOVAS DE PARTIDA - BOSCHINHO	69,5400	695,40
78	10,000	UND	ESCOVAS DE PARTIDA - PERKINS - ESCOVAS DE PARTIDA - PERKINS	76,1500	761,50
79	10,000	UND	ESTATOR - ALTERNADOR 12 V 55 AH - ESTATOR - ALTERNADOR 12 V 55 AH	282,2500	2.822,50
80	10,000	UND	ESTATOR - ALTERNADOR - 24 V 55 AH - ESTATOR - ALTERNADOR - 24 V 55 AH	369,6500	3.696,50
81	6,000	UND	ESTATOR ALTERNADOR BOSCH 100 AH 12V - ESTATOR ALTERNADOR BOSCH 100 AH 12V	365,3300	2.191,98
82	3,000	UND	ESTATOR ALTERNADOR - KOMBI - ESTATOR ALTERNADOR - KOMBI	246,7500	740,25
83	9,000	UND	ESTATOR ALTERNADOR ONIBUS 100AH 24V - ESTATOR ALTERNADOR ONIBUS 100AH 24V	448,5500	4.036,95
84	8,000	UND	ESTATOR PALIO 65 AH 12 VOLTS - ESTATOR PALIO 65	279,0000	2.232,00





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

Página: 4 / 11

AH 12 VOLTS					
85	24,000	UND	FAROL AUXILIAR GRANDE REDONDO - FAROL AUXILIAR GRANDE REDONDO	208,9000	5.013,60
86	20,000	UND	FAROL AUXILIAR PEQUENO REDONDO - FAROL AUXILIAR PEQUENO REDONDO	188,5800	3.771,60
87	24,000	UND	FAROL AUXILIAR RETANGULAR - - FAROL AUXILIAR RETANGULAR -	279,8400	6.716,16
88	8,000	UND	FAROL PRINCIPAL ONIBUS - FAROL PRINCIPAL ONIBUS	747,8800	5.983,04
89	14,000	UND	FAROL PRINCIPAL CARRO - FAROL PRINCIPAL CARRO	503,1700	7.044,38
90	60,000	UND	FIO DE INSTALACAO 1 1/2 MM - FIO DE INSTALACAO 1 1/2 MM	8,7500	525,00
91	60,000	M	FIO DE INSTALACAO - 1 MM - FIO DE INSTALACAO - 1 MM	6,9300	415,80
92	60,000	M	FIO DE INSTALACAO 10MM - FIO DE INSTALACAO 10MM	36,7300	2.203,80
93	60,000	M	FIO DE INSTALACAO 2 1/2MM - FIO DE INSTALACAO 2 1/2MM	14,9800	898,80
94	60,000	M	FIO DE INSTALACAO 6MM - FIO DE INSTALACAO 6MM	19,3300	1.159,80
95	30,000	UND	FILTRO DE COMBUSTIVEL - FILTRO DE COMBUSTIVEL	62,9800	1.889,40
96	300,000	UND	FUSIVEL - DE LAMINA - FUSIVEL - DE LAMINA	2,6800	804,00
97	200,000	UND	FUSIVEL - DE LOUCA - FUSIVEL - DE LOUCA	2,8200	564,00
98	100,000	UND	FUSIVEL - DE VIDRO - FUSIVEL - DE VIDRO	3,3000	330,00
99	100,000	UND	FUSIVEL - MAX - FUSIVEL - MAX	11,7300	1.173,00
100	200,000	UND	FUSIVEL - MINI - FUSIVEL - MINI	2,9600	592,00
101	12,000	UND	GARFO PARTIDA MB - GARFO PARTIDA MB	74,8800	898,56
102	10,000	UND	GARFO PARTIDA JF - GARFO PARTIDA JF	73,3500	733,50
103	10,000	UND	IMPULSOR DE PARTIDA - 068 - IMPULSOR DE PARTIDA - 068	112,6000	1.126,00
104	5,000	UND	IMPULSOR DE PARTIDA - FIAT DUCATO - IMPULSOR DE PARTIDA - FIAT DUCATO	359,6800	1.798,40
105	5,000	UND	IMPULSOR DE PARTIDA - PRESTOLITE - IMPULSOR DE PARTIDA - PRESTOLITE	325,9400	1.629,70
106	10,000	UND	IMPULSOR DE PARTIDA ZEN 0111 - IMPULSOR DE PARTIDA ZEN 0111	110,7500	1.107,50
107	10,000	UND	IMPULSOR DE PARTIDA ZEN 0748 - IMPULSOR DE PARTIDA ZEN 0748	232,2500	2.322,50
108	10,000	UND	IMPULSOR DE PARTIDA ZEN 108 - IMPULSOR DE PARTIDA ZEN 108	102,2600	1.022,60
109	9,000	UND	IMPULSOR DE PARTIDA 10003 - impulsor de partida 10003	144,7500	1.302,75
110	8,000	UND	IMPULSOR DE PARTIDA PERKINS ZEN 024 - IMPULSOR DE PARTIDA PERKINS ZEN 024	168,2300	1.345,84
111	2,000	UND	IMPULSOR DE PARTIDA RETRO ESCAVADEIRA ZEN 0497 - IMPULSOR DE PARTIDA RETRO ESCAVADEIRA ZEN 0497	295,8000	591,60
112	15,000	UND	IMPULSOR DE PARTIDA ZEN 0105 - IMPULSOR DE PARTIDA ZEN 0105	173,4800	2.602,20
113	4,000	UND	INDUZIDO DE PARTIDA 28 MT - INDUZIDO DE PARTIDA 28 MT	417,2000	1.668,80
114	12,000	UND	INDUZIDO DE PARTIDA BOSCHINHO - INDUZIDO DE PARTIDA BOSCHINHO	317,8100	3.813,72
115	4,000	UND	INDUZIDO PARTIDA JE 24 VOLTS - INDUZIDO PARTIDA JE 24 VOLTS	420,6200	1.682,48



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

Página: 5 / 11

116	12,000	UND	INDUZIDO - PARTIDA JF 12 VOLTS - INDUZIDO - PARTIDA JF 12 VOLTS	400,0600	4.800,72
117	10,000	UND	INDUZIDO - PARTIDA JF 24 VOLTS - INDUZIDO - PARTIDA JF 24 VOLTS	416,9000	4.169,00
118	4,000	UND	INDUZIDO DE PARTIDA KB - INDUZIDO DE PARTIDA KB	571,5000	2.286,00
119	5,000	UND	INDUZIDO - PARTIDA PERKINS - INDUZIDO - PARTIDA PERKINS	435,8800	2.179,40
120	6,000	UND	INDUZIDO DE PARTIDA PRESTOLIGHT - INDUZIDO DE PARTIDA PRESTOLIGHT	372,1400	2.232,84
121	4,000	UND	INDUZIDO - PARTIDA SPRINTER - INDUZIDO - PARTIDA SPRINTER	395,7200	1.582,88
122	7,000	UND	INTERRUPTOR DE FREIO - FIAT UNO FIRE - INTERRUPTOR DE FREIO - FIAT UNO FIRE	165,2000	1.156,40
123	10,000	UND	INTERRUPTOR DE FREIO - GOL BOLA - INTERRUPTOR DE FREIO - GOL BOLA	160,4200	1.604,20
124	10,000	UND	INTERRUPTOR DE FREIO - MB A AR - INTERRUPTOR DE FREIO - MB A AR	165,3600	1.653,60
125	10,000	UND	INTERRUPTOR DE FREIO - MB A OLEO - INTERRUPTOR DE FREIO - MB A OLEO	140,1500	1.401,50
126	12,000	UND	INTERRUPTOR DE FREIO - MB P/ PEDAL - INTERRUPTOR DE FREIO - MB P/ PEDAL	151,0100	1.812,12
127	6,000	UND	INTERRUPTOR DE FREIO - ONIBUS IVECO - INTERRUPTOR DE FREIO - ONIBUS IVECO	193,6000	1.161,60
128	4,000	UND	INTERRUPTOR DE FREIO - ONIBUS VOLKS - INTERRUPTOR DE FREIO - ONIBUS VOLKS	166,8400	667,36
129	8,000	UND	INTERRUPTOR DE FREIO PALIO - INTERRUPTOR DE FREIO PALIO	162,7900	1.302,32
130	3,000	UND	INTERRUPTOR DE FREIO - SCANIA PARA PEDAL - INTERRUPTOR DE FREIO - SCANIA PARA PEDAL	189,1500	567,45
131	6,000	UND	INTERRUPTOR DE FREIO STRADA - INTERRUPTOR DE FREIO STRADA	174,4500	1.046,70
132	4,000	UND	INTERRUPTOR DE LUZ GOL BOLA C/ REOSTATO - INTERRUPTOR DE LUZ GOL BOLA C/ REOSTATO	287,9100	1.151,64
133	4,000	UND	INTERRUPTOR DE LUZ GOL BOLA S/ REOSTATO - INTERRUPTOR DE LUZ GOL BOLA S/ REOSTATO	233,9500	935,80
134	20,000	UND	INTERRUPTOR DE LUZ MARILIA 1 POSICAO - INTERRUPTOR DE LUZ MARILIA 1 POSICAO	161,0100	3.220,20
135	12,000	UND	INTERRUPTOR DE LUZ MARILIA 2 POSICOES - INTERRUPTOR DE LUZ MARILIA 2 POSICOES	157,4500	1.889,40
136	12,000	UND	INTERRUPTOR DE LUZ TECLA MB - INTERRUPTOR DE LUZ TECLA MB	158,8900	1.906,68
137	7,000	UND	INTERRUPTOR DE LUZ TRATOR MF - INTERRUPTOR DE LUZ TRATOR MF	181,4000	1.269,80
138	3,000	UND	INTERRUPTOR DE OLEO - FIAT DUCATO - INTERRUPTOR DE OLEO - FIAT DUCATO	136,4000	409,20
139	10,000	UND	INTERRUPTOR DE OLEO - MB DUPLO - INTERRUPTOR DE OLEO - MB DUPLO	182,2500	1.822,50
140	8,000	UND	INTERRUPTOR DE OLEO - MB ROSCA CONICA - INTERRUPTOR DE OLEO - MB ROSCA CONICA	131,7700	1.054,16
141	10,000	UND	INTERRUPTOR DE OLEO - MOTOR AP - INTERRUPTOR DE OLEO - MOTOR AP	104,2800	1.042,80
142	4,000	UND	INTERRUPTOR DE OLEO - MOTOR AT - INTERRUPTOR DE OLEO - MOTOR AT	117,6300	470,52
143	5,000	UND	INTERRUPTOR DE OLEO - MWM SPRINTER - INTERRUPTOR DE OLEO - MWM SPRINTER	115,7600	578,80
144	6,000	UND	INTERRUPTOR DE OLEO - PALIO - INTERRUPTOR DE OLEO - PALIO	128,9000	773,40
145	3,000	UND	INTERRUPTOR DE OLEO - SCANIA DUPLO - INTERRUPTOR DE OLEO - SCANIA DUPLO	167,9700	503,91





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

Página: 6 / 11

146	6,000	UND	INTERRUPTOR DE OLEO STRADA - INTERRUPTOR DE OLEO STRADA	136,4600	818,76
147	8,000	UND	INTERRUPTOR DE OLEO - UNO COM PLUG - INTERRUPTOR DE OLEO - UNO COM PLUG	124,3300	994,64
148	6,000	UND	INTERRUPTOR DE PARTIDA P/ MAQUINA PESADA - INTERRUPTOR DE PARTIDA P/ MAQUINA PESADA	246,0000	1.476,00
149	6,000	UND	INTERRUPTOR DE RE - FIAT PALIO/STRADA - INTERRUPTOR DE RE - FIAT PALIO/STRADA	137,3900	824,34
150	5,000	UND	INTERRUPTOR DE RE - FIAT UNO FIRE - INTERRUPTOR DE RE - FIAT UNO FIRE	135,7500	678,75
151	10,000	UND	INTERRUPTOR DE RE - GOL COM PLUG - INTERRUPTOR DE RE - GOL COM PLUG	111,8900	1.118,90
152	10,000	UND	INTERRUPTOR DE RE - GOL SEM PLUG - INTERRUPTOR DE RE - GOL SEM PLUG	102,4000	1.024,00
153	5,000	UND	INTERRUPTOR DE RE - MB COM PLUG - INTERRUPTOR DE RE - MB COM PLUG	181,7200	908,60
154	8,000	UND	INTERRUPTOR DE RE - MB SEM PLUG - INTERRUPTOR DE RE - MB SEM PLUG	118,4700	947,76
155	4,000	UND	INTERRUPTOR DE RE - ONIBUS IVECO - INTERRUPTOR DE RE - ONIBUS IVECO	183,0300	732,12
156	20,000	UND	JOGO DE BUCHAS MOTOR DE PARTIDA BOSCHINHO - JOGO DE BUCHAS MOTOR DE PARTIDA BOSCHINHO	94,8900	1.897,80
157	10,000	UND	JOGO DE BUCHAS MOTOR DE PARTIDA ENGRENADO - JOGO DE BUCHAS MOTOR DE PARTIDA ENGRENADO	119,2500	1.192,50
158	12,000	UND	JOGO DE BUCHAS MOTOR DE PARTIDA JE - JOGO DE BUCHAS MOTOR DE PARTIDA JE	137,9000	1.654,80
159	10,000	UND	JOGO DE BUCHAS MOTOR DE PARTIDA PERKINS - JOGO DE BUCHAS MOTOR DE PARTIDA PERKINS	111,8300	1.118,30
160	15,000	UND	JOGO DE REPARO ALTERNADOR - BOSCH - JOGO DE REPARO ALTERNADOR - BOSCH	119,1500	1.787,25
161	12,000	UND	JOGO DE REPARO ALTERNADOR PRESTOLIGHT - JOGO DE REPARO ALTERNADOR PRESTOLIGHT	132,6500	1.591,80
162	10,000	UND	JOGO DE REPARO ALTERNADOR - WAPSA - JOGO DE REPARO ALTERNADOR - WAPSA	133,8700	1.338,70
163	6,000	UND	JOGO DE REPARO KAVEIRA KB - JOGO DE REPARO KAVEIRA KB	175,2300	1.051,38
164	20,000	UND	JOGO DE REPARO PARTIDA - JF - JOGO DE REPARO PARTIDA - JF	142,5100	2.850,20
165	10,000	UND	JOGO DE VELAS DE IGNICAO LINHA FIAT - JOGO DE VELAS DE IGNICAO LINHA FIAT	215,1200	2.151,20
166	10,000	UND	JOGO DE VELA DE IGNICAO LINHA VOLKS - JOGO DE VELA DE IGNICAO LINHA VOLKS	219,2400	2.192,40
167	10,000	UND	JOGO DE VELA DE IGNICAO LINHA GM - JOGO DE VELA DE IGNICAO LINHA GM	227,9000	2.279,00
168	6,000	UND	KAVEIRA - KB - KAVEIRA - KB	459,3300	2.755,98
169	6,000	UND	KIT EMBREAGEM - KB - KIT EMBREAGEM - KB	598,3300	3.589,98
170	120,000	UND	LAMPADA - 10/34 12 VOLTS - LAMPADA - 10/34 12 VOLTS	11,3500	1.362,00
171	120,000	UND	LAMPADA - 10/34 24 VOLTS - LAMPADA - 10/34 24 VOLTS	12,2300	1.467,60
172	120,000	UND	LAMPADA - 11/41 12 VOLTS - LAMPADA - 11/41 12 VOLTS	11,3500	1.362,00
173	120,000	UND	LAMPADA - 11/41 24 VOLTS - LAMPADA - 11/41 24 VOLTS	11,1000	1.332,00
174	120,000	UND	LAMPADA - 6/7 12 VOLTS - LAMPADA - 6/7 12 VOLTS	10,5800	1.269,60
175	120,000	UND	LAMPADA 6/7 - 24 VOLTS - LAMPADA 6/7 - 24 VOLTS	10,4400	1.252,80
176	120,000	UND	LAMPADA - 6/9 12 VOLTS - LAMPADA - 6/9 12 VOLTS	10,3000	1.236,00



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

Página: 7 / 11

177	120,000	UND	LAMPADA - 6/9 24 VOLTS - LAMPADA - 6/9 24 VOLTS	10,4600	1.255,20
178	20,000	UND	LAMPADA - AMARELA P/ RISCA 12 VOLTS - LAMPADA - AMARELA P/ RISCA 12 VOLTS	15,6300	312,60
179	12,000	UND	LAMPADA DE LED LUZ SALAO ONIBUS - LAMPADA DE LED LUZ SALAO ONIBUS	132,4000	1.588,80
180	120,000	UND	LAMPADA ESMAGADA - PINGAO 12 VOLTS - LAMPADA ESMAGADA - PINGAO 12 VOLTS	11,3600	1.363,20
181	120,000	UND	LAMPADA ESMAGADA - PINGAO 24 VOLTS - LAMPADA ESMAGADA - PINGAO 24 VOLTS	11,3300	1.359,60
182	60,000	UND	LAMPADA ESMAGADA - PINGUINHO 12 VOLTS - LAMPADA ESMAGADA - PINGUINHO 12 VOLTS	11,4800	688,80
183	60,000	UND	LAMPADA - ESMAGADA PINGUINHO 24 VOLTS - LAMPADA - ESMAGADA PINGUINHO 24 VOLTS	11,6300	697,80
184	40,000	UND	LAMPADA HI 12 VOLTS - LAMPADA HI 12 VOLTS	42,5300	1.701,20
185	40,000	UND	LAMPADA HI 24 VOLTS - LAMPADA HI 24 VOLTS	49,9400	1.997,60
186	40,000	UND	LAMPADA - H3 12 VOLTS - LAMPADA - H3 12 VOLTS	46,9200	1.876,80
187	40,000	UND	LAMPADA - H3 24 VOLTS - LAMPADA - H3 24 VOLTS	50,8200	2.032,80
188	70,000	UND	LAMPADA - H4 12 VOLTS - LAMPADA - H4 12 VOLTS	56,4600	3.952,20
189	70,000	UND	LAMPADA H4 - 24 VOLTS - LAMPADA H4 - 24 VOLTS	63,2800	4.429,60
190	80,000	UND	LAMPADA H7 - 12 VOLTS - LAMPADA H7 - 12 VOLTS	64,5500	5.164,00
191	80,000	UND	LAMPADA - H7 24 VOLTS - LAMPADA - H7 24 VOLTS	100,0000	8.000,00
192	30,000	UND	LAMPADA HB4 12 V - LAMPADA HB4 12 V	121,5400	3.646,20
193	60,000	UND	LAMPADA TORPEDO - 12 VOLTS - LAMPADA TORPEDO - 12 VOLTS	16,3000	978,00
194	100,000	UND	LAMPADA TORPEDO - 24 VOLTS - LAMPADA TORPEDO - 24 VOLTS	19,5600	1.956,00
195	40,000	UND	LANTERNA - BAU - LANTERNA - BAU	29,2900	1.171,60
196	30,000	UND	LANTERNA DE TETO ONIBUS - LANTERNA DE TETO ONIBUS	87,5000	2.625,00
197	15,000	UND	LANTERNA DO PISCA - MB CARA PRETA - LANTERNA DO PISCA - MB CARA PRETA	119,3900	1.790,85
198	20,000	UND	LANTERNA LATERAL COM SUPORTE - LANTERNA LATERAL COM SUPORTE	131,2100	2.624,20
199	20,000	UND	LANTERNA LUZ DE PLACA ONIBUS - LANTERNA LUZ DE PLACA ONIBUS	91,8900	1.837,80
200	10,000	UND	LANTERNA PARA-LAMA - CAMINHAO VW - LANTERNA PARA-LAMA - CAMINHAO VW	144,9600	1.449,60
201	10,000	UND	LANTERNA TRASEIRA - 1113 - LANTERNA TRASEIRA - 1113	151,0000	1.510,00
202	20,000	UND	LENTE LANTERNA - BAU - LENTE LANTERNA - BAU	21,7500	435,00
203	20,000	UND	LENTE LANTERNA LATERAL ONIBUS - LENTE LANTERNA LATERAL ONIBUS	53,2200	1.064,40
204	24,000	UND	LENTE - LANTERNA TORPEDO - LENTE - LANTERNA TORPEDO	39,9000	957,60
205	10,000	UND	LENTE TRASEIRA - DO 1113 - LENTE TRASEIRA - DO 1113	73,5600	735,60
206	400,000	UND	LUVA P/TERMINAL DE ENCAIXE - LUVA P/TERMINAL DE ENCAIXE	3,3100	1.324,00
207	8,000	UND	MANCAL DIANTEIRO ALTERNADOR FORD CARGO - MANCAL DIANTEIRO ALTERNADOR FORD CARGO	299,9700	2.399,76
208	8,000	UND	MANCAL DIANTEIRO - ALTERNADOR MB - MANCAL DIANTEIRO - ALTERNADOR MB	276,9400	2.215,52
209	6,000	UND	MANCAL DIANTEIRO - ALTERNADOR VOLVO - MANCAL	402,1700	2.413,02





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

Página: 8 / 11

			DIANTEIRO - ALTERNADOR VOLVO		
210	8,000	UND	MANCAL DIANTEIRO ALTERNADOR WAPSA - MANCAL DIANTEIRO ALTERNADOR WAPSA	270,7200	2.165,76
211	6,000	UND	MANCAL M. PARTIDA GOL - MANCAL M. PARTIDA GOL	389,6200	2.337,72
212	8,000	UND	MANCAL M. PARTIDA INTERMEDIARIO JF - MANCAL M. PARTIDA INTERMEDIARIO JF	293,2400	2.345,92
213	8,000	UND	MANCAL TRASEIRO ALTERNADOR - MB - MANCAL TRASEIRO ALTERNADOR - MB	346,1500	2.769,20
214	8,000	UND	MANCAL TRASEIRO - ALTERNADOR VOLVO - MANCAL TRASEIRO - ALTERNADOR VOLVO	339,0000	2.712,00
215	10,000	UND	MANCAL TRASEIRO PARTIDA - JF - MANCAL TRASEIRO PARTIDA - JF	230,6600	2.306,60
216	70,000	UND	MAO - DE - OBRA - ALTERNADOR - ONIBUS E CAMINHOS - MAO - DE - OBRA - ALTERNADOR - ONIBUS E CAMINHOS	328,2300	22.976,10
217	70,000	UND	MAO DE OBRA - ALTERNADOR - CARRO - MAO DE OBRA - ALTERNADOR - CARRO	245,0500	17.153,50
218	70,000	UND	MAO-DE-OBRA DE ARRANQUE - ONIBUS E CAMINHOS - MAO-DE-OBRA DE ARRANQUE - ONIBUS E CAMINHOS	336,9300	23.585,10
219	50,000	UND	MAO DE OBRA DE CONserto DE PORTA DE ONIBUS POR PORTA - MAO DE OBRA DE CONserto DE PORTA DE ONIBUS POR PORTA	205,8900	10.294,50
220	40,000	UND	MAO DE OBRA DE ILUMINACAO INTERNA ONIBUS - MAO DE OBRA DE ILUMINACAO INTERNA ONIBUS	229,1800	9.167,20
221	70,000	UND	MÃO DE OBRA DE LIMPADOR PARA-BRISA - MÃO DE OBRA DE LIMPADOR PARA-BRISA	208,6700	14.606,90
222	70,000	UND	MAO-DE-OBRA - DE PAINEL - MAO-DE-OBRA - DE PAINEL	219,8500	15.389,50
223	70,000	UND	MAO DE OBRA DE REDUZIDA - MAO DE OBRA DE REDUZIDA	221,8300	15.528,10
224	70,000	UND	MAO DE OBRA DE VIDRO ELETRICO - MAO DE OBRA DE VIDRO ELETRICO	228,0000	15.960,00
225	100,000	UND	MAO-DE-OBRA-FAROL E LANTERNA - MAO-DE-OBRA-FAROL E LANTERNA	235,0500	23.505,00
226	70,000	UND	MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO - FIAÇÃO - MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO - FIAÇÃO	437,3300	30.613,10
227	100,000	UND	MAO DE OBRA MINIMA - - MAO DE OBRA MINIMA - SERVIÇOS REALIZADOS EM MENOS DE UMA HORA	127,9300	12.793,00
228	12,000	UND	MAO DE OBRA DE TROCA DE BOMBA DE COMBUSTIVEL - MAO DE OBRA DE TROCA DE BOMBA DE COMBUSTIVEL	168,9600	2.027,52
229	10,000	UND	MAO DE OBRA DE TROCA DE BOIA DE COMBUSTIVEL - MAO DE OBRA DE TROCA DE BOIA DE COMBUSTIVEL	124,5600	1.245,60
230	25,000	UND	MAO DE OBRA DE INJECÃO ELETRONICA - MAO DE OBRA DE INJECÃO ELETRONICA	356,0000	8.900,00
231	30,000	UND	MAO DE OBRA - LIMPEZA DE BICO - MAO DE OBRA - LIMPEZA DE BICO	140,7600	4.222,80
232	70,000	UND	MAO-DE-OBRA-MOTOR DE ARRANQUE - MAO-DE-OBRA-MOTOR DE ARRANQUE	229,6200	16.073,40
233	10,000	UND	MOTOR LIMPADOR PARABRISA 12V MB - MOTOR LIMPADOR PARABRISA 12V MB	454,0800	4.540,80
234	6,000	UND	MOTOR LIMPADOR PARABRISA 24V MB - MOTOR LIMPADOR PARABRISA 24V MB	557,1700	3.343,02
235	4,000	UND	MOTOR LIMPADOR PARABRISA 24V SCANIA - MOTOR LIMPADOR PARABRISA 24V SCANIA	654,4000	2.617,60
236	5,000	UND	MOTOR LIMPADOR PARABRISA 24V VOLVO - MOTOR LIMPADOR PARABRISA 24V VOLVO	571,3900	2.856,95
237	50,000	UND	PALHETA LIMPADOR - PARA BRISA GRANDE -	139,5400	6.977,00



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

Página: 9 / 11

			PALHETA LIMPADOR - PARA BRISA GRANDE		
238	40,000	UND	PALHETA LIMPADOR - PARA-BRISA MEDIO - PALHETA LIMPADOR - PARA-BRISA MEDIO	92,7500	3.710,00
239	40,000	UND	PALHETA LIMPADOR - PARA BRISA PEQUENO - PALHETA LIMPADOR - PARA BRISA PEQUENO	96,0800	3.843,20
240	10,000	UND	PIVO DO LIMPADOR MB - PIVO DO LIMPADOR MB	220,3900	2.203,90
241	8,000	UND	PIVO DO LIMPADOR SCANIA - PIVO DO LIMPADOR SCANIA	185,6500	1.485,20
242	10,000	UND	PLACA RETIFICADORA GAUSS 1277 - PLACA RETIFICADORA GAUSS 1277	219,6100	2.196,10
243	10,000	UND	PLACA RETIFICADORA GAUSS 1366 - PLACA RETIFICADORA GAUSS 1366	230,3600	2.303,60
244	6,000	UND	PLACA RETIFICADORA GAUSS 1541 - PLACA RETIFICADORA GAUSS 1541	260,3700	1.562,22
245	10,000	UND	PLANETARIA M PARTIDA PRESTOLIGHT - PLANETARIA M PARTIDA PRESTOLIGHT	543,9000	5.439,00
246	8,000	UND	POLIA - ALTERNADOR BOSCH - POLIA - ALTERNADOR BOSCH	231,7100	1.853,68
247	8,000	UND	POLIA - ALTERNADOR MB DUPLA - POLIA - ALTERNADOR MB DUPLA	328,8900	2.631,12
248	40,000	UND	PONTEIRA CABO BATERIA GRANDE - PONTEIRA CABO BATERIA GRANDE	29,3300	1.173,20
249	40,000	UND	PONTEIRA CABO BATERIA PEQUENA - PONTEIRA CABO BATERIA PEQUENA	25,0700	1.002,80
250	20,000	UND	PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.101/4 - PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.101/4	59,7300	1.194,60
251	20,000	UND	PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.102/4 - PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.102/4	87,7400	1.754,80
252	20,000	UND	PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.104/4 - PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.104/4	93,4000	1.868,00
253	12,000	UND	PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.115/4 - PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.115/4	81,5500	978,60
254	10,000	UND	PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.116/4 - PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.116/4	80,0500	800,50
255	10,000	UND	PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.117/4 - PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.117/4	91,1000	911,00
256	10,000	UND	PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.119/4 - PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.119/4	97,1300	971,30
257	20,000	UND	PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.130/4 - PORTA ESCOVAS MOTOR DE PARTIDA UF 1.130/4	144,8000	2.896,00
258	20,000	UND	PORTA FUSIVEL LAMINA MAXI - PORTA FUSIVEL LAMINA MAXI	23,7600	475,20
259	70,000	UND	PORTA FUSIVEL LAMINA NORMAL - PORTA FUSIVEL LAMINA NORMAL	20,8500	1.459,50
260	12,000	UND	REATOR LAMPADA FLUORESCENTE - 12 V - REATOR LAMPADA FLUORESCENTE - 12 V	133,8600	1.606,32
261	12,000	UND	REATOR - LAMPADA FLUORESCENTE 24 V - REATOR - LAMPADA FLUORESCENTE 24 V	136,9700	1.643,64
262	10,000	UND	REGULADOR DE VOLTAGEM 011 - REGULADOR DE VOLTAGEM 011	150,2600	1.502,60
263	12,000	UND	REGULADOR DE VOLTAGEM 018 - REGULADOR DE VOLTAGEM 018	166,3300	1.995,96
264	12,000	UND	REGULADOR - DE VOLTAGEM 027 - REGULADOR - DE VOLTAGEM 027	113,3800	1.360,56
265	12,000	UND	REGULADOR - DE VOLTAGEM 032 - REGULADOR - DE VOLTAGEM 032	133,1400	1.597,68
266	12,000	UND	REGULADOR - DE VOLTAGEM 034 - REGULADOR - DE VOLTAGEM 034	146,4400	1.757,28





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

Página: 10 / 11

267	12,000	UND	REGULADOR DE VOLTAGEM 058 - REGULADOR DE VOLTAGEM 058	148,5300	1.782,36
268	12,000	UND	REGULADOR DE VOLTAGEM 059 - REGULADOR DE VOLTAGEM 059	154,6200	1.855,44
269	8,000	UND	REGULADOR DE VOLTAGEM 225 - REGULADOR DE VOLTAGEM 225	269,8600	2.158,88
270	4,000	UND	REGULADOR DE VOLTAGEM BOSCH MODERNO - REGULADOR DE VOLTAGEM BOSCH MODERNO	481,7200	1.926,88
271	30,000	UND	RELE AUXILIAR 40AH 12V - RELE AUXILIAR 40AH 12V	62,5100	1.875,30
272	30,000	UND	RELE AUXILIAR 40AH 24V - RELE AUXILIAR 40AH 24V	77,2200	2.316,60
273	30,000	UND	RELE AUXILIAR 70AH 12V - RELE AUXILIAR 70AH 12V	78,3800	2.351,40
274	30,000	UND	RELE AUXILIAR 70AH 24V - RELE AUXILIAR 70AH 24V	84,7500	2.542,50
275	24,000	UND	RELE DE FAROL - 12 VOLTS - RELE DE FAROL - 12 VOLTS	136,7200	3.281,28
276	24,000	UND	RELE - DE FAROL 24 VOLTS - RELE - DE FAROL 24 VOLTS	170,9200	4.102,08
277	30,000	UND	RELE DE PISCA 12 V - RELE DE PISCA 12 V	82,1300	2.463,90
278	30,000	UND	RELE DE PISCA 24 V - RELE DE PISCA 24 V	100,6400	3.019,20
279	12,000	UND	RELE FAROL DUPLO B 122 - RELE FAROL DUPLO B 122	144,3600	1.732,32
280	10,000	UND	RELE TEMPORIZADOR - RELE TEMPORIZADOR	135,6500	1.356,50
281	10,000	UND	RELOGIO INDICADOR MERCURIO 2M - RELOGIO INDICADOR MERCURIO 2M	345,5700	3.455,70
282	10,000	UND	RELOGIO INDICADOR MERCURIO 6M - RELOGIO INDICADOR MERCURIO 6M	402,3500	4.023,50
283	12,000	UND	ROLAMENTO 6.003 - ROLAMENTO 6.003	57,6800	692,16
284	12,000	UND	ROLAMENTO - 6.201 - ROLAMENTO - 6.201	44,3800	532,56
285	12,000	UN	ROLAMENTO 6.202 - ROLAMENTO 6.202	44,8500	538,20
286	12,000	UND	ROLAMENTO - 6.203 - ROLAMENTO - 6.203	49,9200	599,04
287	12,000	UND	ROLAMENTO - 6.303 - ROLAMENTO - 6.303	70,5200	846,24
288	12,000	UND	ROLAMENTO - 6.403 - ROLAMENTO - 6.403	133,6700	1.604,04
289	12,000	UND	ROLAMENTO - 62.201 - ROLAMENTO - 62.201	46,1000	553,20
290	10,000	UND	ROLAMENTO - AGULHA - ROLAMENTO - AGULHA	40,7800	407,80
291	12,000	UND	ROLAMENTO B-1799D - ROLAMENTO B-1799D	102,8500	1.234,20
292	12,000	UND	ROTOR DO ALTERNADOR - 12 V 55 AH - ROTOR DO ALTERNADOR - 12 V 55 AH	318,1400	3.817,68
293	12,000	UND	ROTOR DO ALTERNADOR - 24 V 55 AH - ROTOR DO ALTERNADOR - 24 V 55 AH	360,7000	4.328,40
294	4,000	UND	ROTOR DO ALTERNADOR 65 AH - ROTOR DO ALTERNADOR 65 AH	313,4700	1.253,88
295	10,000	UND	ROTOR DO ALTERNADOR 75 AH - ROTOR DO ALTERNADOR 75 AH	364,0200	3.640,20
296	4,000	UND	ROTOR DO ALTERNADOR - 90 AH - ROTOR DO ALTERNADOR - 90 AH	355,1300	1.420,52
297	8,000	UND	ROTOR DO ALTERNADOR - BOSCH 100 AH - ROTOR DO ALTERNADOR - BOSCH 100 AH	524,3800	4.195,04
298	4,000	UND	ROTOR DO ALTERNADOR ONIBUS 150 AH - ROTOR DO ALTERNADOR ONIBUS 150 AH	498,1800	1.992,72
299	6,000	UND	SENSOR DE NIVEL GOL - SENSOR DE NIVEL GOL	177,6500	1.065,90
300	6,000	UND	SENSOR DE NIVEL PALIO - SENSOR DE NIVEL PALIO	205,9700	1.235,82
301	4,000	UND	SENSOR DE NIVEL STRADA - SENSOR DE NIVEL	235,1700	940,68



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

Página: 11 / 11

STRADA						
302	6,000	UND	SENSOR DE NIVEL UNO - SENSOR DE NIVEL UNO	188,9200	1.133,52	
303	12,000	UND	SIRENE DE RE BIVOLT - SIRENE DE RE BIVOLT	83,7400	1.004,88	
304	60,000	UND	SOQUETE ISOLADO - P/ 1/2 LUZ - SOQUETE ISOLADO - P/ 1/2 LUZ	29,3300	1.759,80	
305	40,000	UND	SOQUETE FAROL LAMPADA H1/H4 - SOQUETE FAROL LAMPADA H1/H4	37,5000	1.500,00	
306	20,000	UND	SOQUETE FAROL LAMPADA H7 - SOQUETE FAROL LAMPADA H7	42,6300	852,60	
307	40,000	UND	SOQUETE MARGARIDA 1 POLO - SOQUETE MARGARIDA 1 POLO	21,3000	852,00	
308	40,000	UND	SOQUETE MARGARIDA 2 POLOS - SOQUETE MARGARIDA 2 POLOS	32,6300	1.305,20	
309	40,000	UND	SOQUETE DE LATA P/ ADAPTAÇÃO - SOQUETE DE LATA P/ ADAPTAÇÃO	23,1700	926,80	
310	20,000	UND	SOQUETE - P/ LAMPADA ESMAGADA - SOQUETE - P/ LAMPADA ESMAGADA	23,6700	473,40	
311	40,000	UND	SOQUETE PAINEL - SOQUETE PAINEL	29,2200	1.168,80	
312	60,000	UND	SOQUETE PILOTO PARA PAINEL - SOQUETE PILOTO PARA PAINEL	31,7300	1.903,80	
313	60,000	M	SPAGUETE CORRUGADO - SPAGUETE CORRUGADO	16,4700	988,20	
314	120,000	UND	TERMINAL DE BATERIA POS / NEG - TERMINAL DE BATERIA POS / NEG	31,0800	3.729,60	
315	400,000	UND	TERMINAL DE FIO ARGOLA GRANDE REFORÇADO - TERMINAL DE FIO ARGOLA GRANDE REFORÇADO	19,1500	7.660,00	
316	400,000	UND	TERMINAL DE FIO ARGOLA MEDIO - TERMINAL DE FIO ARGOLA MEDIO	12,8800	5.152,00	
317	400,000	UND	TERMINAL DE FIO ARGOLA PEQUENO - TERMINAL DE FIO ARGOLA PEQUENO	9,5900	3.836,00	
318	400,000	UND	TERMINAL DE FIO DE ENCAIXE - TERMINAL DE FIO DE ENCAIXE	5,2800	2.112,00	
319	15,000	UND	TRAVA BENDIX - BOSHINHO - TRAVA BENDIX - BOSHINHO	62,3000	934,50	
320	20,000	UND	TRAVA BENDIX - JF - TRAVA BENDIX - JF	51,3900	1.027,80	
321	20,000	UND	TRAVA BENDIX - PERKINS - TRAVA BENDIX - PERKINS	53,1300	1.062,60	
(Valores expressos em Reais R\$)				Total Geral:	865.441,71	

1.2– O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 865.441,71 (oitocentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e um centavos)**.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

## **2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

O sistema elétrico automotivo desempenha um papel crucial na gestão da tecnologia embarcada nos veículos, mas também está suscetível a falhas. Entre as principais causas de problemas nos veículos, destacam-se as panes elétricas, frequentemente decorrentes do uso intenso dos mesmos.

Dada a complexidade desses sistemas, a realização de serviços de auto elétrica requer profissionais altamente qualificados e experientes no ramo. Mecânicos comuns geralmente carecem do conhecimento técnico necessário para executar tais serviços, sendo imperativo recorrer à contratação de especialistas.

O objetivo primordial é realizar manutenções periódicas para garantir o bom funcionamento dos principais componentes do sistema elétrico, incluindo bateria, alternador, fusíveis, sistemas dependentes e auxiliares, faróis, lanternas e outros componentes elétricos dos veículos da frota municipal. Dessa forma, busca-se prevenir curtos-circuitos e incêndios decorrentes da falta de manutenção.

Além disso, visa-se evitar a interrupção de qualquer serviço público dependente dos veículos da administração municipal. Isso abrange atividades essenciais como o transporte de pacientes em estado grave, a manutenção de estradas e vias públicas, as fiscalizações de rotina, entre outras.

## **3 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

3.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, de acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea C da Lei 14.133, de 2021 e da INº 58 de agosto de 2022.

## **4 – CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS**

4.1 – O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

4.2 – Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens e serviços comuns.

## **5 – PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES PARA ENTREGA**

5.1- O prazo de entrega dos itens e serviços será de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Solicitação de Fornecimento.

5.2 – Para os itens referente aos serviços de mão de obra, deverão ser iniciados em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da Solicitação de Fornecimento, e toda despesa com a retirada e entrega dos veículos no local indicado pelo município de Siqueira Campos, correrão por conta da empresa contratada.

5.3 - As entregas das peças e acessórios deverão ser realizadas de forma parcelada, de acordo com a necessidade de cada Secretaria, sem ônus para o Município de Siqueira Campos, **no Centro de Distribuição do Município, localizado na Rua Mato Grosso, nº 1302, Vila Santa Izabel, Siqueira Campos/ Pr Cep: 84.940-000.**

5.4 - O serviço deverá ser executado em local adequado e que permita a segurança dos veículos caso necessite permanecer no local até o dia seguinte para o término da manutenção.

5.5 - A Secretaria ou Departamento ao qual o veículo estiver vinculado poderá designar um servidor, diretor do departamento ou condutor do veículo, por exemplo, para acompanhar pessoalmente a execução dos serviços a serem realizados a fim de atestar a execução e a qualidade do serviço.

5.6 Não haverá estipulação de pedido mínimo.

5.7 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8 – O não cumprimento do disposto nos itens anteriores do presente termo acarretará a anulação do empenho, bem como a convocação do fornecedor subsequente, considerando a ordem de classificação do certame. Ainda, o descumprimento dos prazos previstos acima ensejará na aplicação das penalidades previstas no edital, no termo de referência, no contrato e na lei de licitações, ficando todos os contratados desde já CIENTES E NOTIFICADAS da impossibilidade do descumprimento do prazo.

5.9 Esclarecimentos sobre as autorizações de fornecimento e entregas poderão ser obtidos através do telefone (43) 3571 1122 ou no e-mail [compras@siqueiracampos.pr.gov.br](mailto:compras@siqueiracampos.pr.gov.br) - Departamento de Compras.

5.10 Todas as despesas de entrega com frete, deslocamento, carregamento, descarregamento, impostos e outras correrão por conta da empresa contratada, sendo sua obrigação fornecer/entregar os itens em perfeitas condições de utilização;

5.11 Todos os itens deverão estar em perfeitas condições de uso.

5.12 Os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

5.13 O desempenho do contrato será avaliado continuamente pela Administração Municipal, que poderá solicitar ajustes e melhorias nos serviços prestados, caso necessário.

## **6 – RECEBIMENTO, CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO E PAGAMENTO DO OBJETO**

6.1 – Os serviços serão recebidos:

a. **Provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato que verificará o prazo de validade, os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

b. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, definitivamente, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo das penalidades.

c. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.2 – Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.3 – O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.4 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.5 – A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.6 – Liquidação:





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

- 6.6.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de 30 (trinta) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 6.6.2 – O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.6.3 – Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.6.3.1 a data da emissão;

6.6.3.2 o valor a pagar; e

6.6.3.3 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.7 – Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.8 – A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9 – A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.10 – Constatando-se, compra situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.11 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.12 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.13 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## 6.14 – Prazo de pagamento:

6.14.1 – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada pela ordem de serviços (quando houver), devidamente assinada pelo fiscal designado pelo Município e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da DETENTORA DA ATA indicada pela mesma.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

6.14.2 – A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

6.14.3 – Quaisquer erros ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

6.14.4 – A empresa contratada deverá emitir o documento comprobatório do fornecimento das mercadorias e /ou prestação de serviços. Em caso de a empresa fazer a opção por pagamento através de transferência bancária (transferência/TED/DOC/PIX), esta, responsabiliza-se pelo pagamento de todas as tarifas bancárias, autorizando, ao ente público efetuar o desconto da tarifa junto ao valor a ser creditado.

## **7 – GESTÃO DO CONTRATO E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

7.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.1 - O Detentor do Contrato se submeterá à fiscalização do Município, ficando desde já designados os servidores fiscais: Louise de Melo Sabino – Secretaria de Administração, Elizangela Verchai Avila – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, Paulo Cezar de Oliveira – Secretaria de Saúde e Assistência Social e Alexandre Bianchi de Souza – Secretaria de Obras, Agricultura e Meio Ambiente, nomeados através das Portarias 077/2022, 32/2023 e 101/2023 e o Secretário Municipal responsável pela solicitação, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

7.2 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3 – O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **7.5 – A Contratada obriga-se a:**

7.5.1 – Efetuar a entrega dos bens, materiais e serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

7.5.2 – Acompanhar os bens, materiais e serviços, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.5.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.5.4 – A critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, o serviço com avarias ou defeitos;

7.5.5 – Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.5.6 – Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.5.7 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.5.8 – Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.5.9 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.5.10 – Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## **7.6 – A Contratante obriga-se a:**

7.6.1 – Receber provisoriamente os bens, materiais e serviços, disponibilizando local, data e horário;

7.6.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens, materiais e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

7.6.3 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

7.6.4 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.6.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

7.7 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados a execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados prepostos ou subordinados.

7.8 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos seus respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.8.1 – O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.2 – O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário

para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

7.8.3 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.8.4 – O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.8.5 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.8.6 – O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.8.7 – O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.8 – Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, 2022, art. 23, IV).

7.8.9 – O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.8.10 – O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.8.11 – O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.8.12 – O gestor do contrato emitirá documento



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.8.13 – O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.8.14 – O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

## **8 – MEDIDAS ACAUTELADORAS**

8.1 – Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente como forma de prevenir a ocorrência de dano ou impossível reparação.

## **9 – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a as seguintes penalidades:

I – Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

II – Multa, nos seguintes percentuais:

a. multa no importe de, no mínimo, 0,5% (cinco décimas por cento) e de, no máximo, 30% (trinta por cento) do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras penalidades. III – Suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

V – Rescisão unilateral do Contrato, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;

VI – Indenização à CONTRATANTE da diferença de custo para contratação de outro licitante;

VII – As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da infração do ato.

VIII – Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

a. Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.

§ 1º - A CONTRATANTE é competente para aplicar, nos termos da Lei Federal 14.133/21, as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

§ 2º - As multas estipuladas no inciso II desta cláusula serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

§ 3º - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais e/ou Faturas por ocasião do pagamento, ou cobrado judicialmente se julgar conveniente.

§ 4º - A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do serviço for devidamente justificado pela firma e aceito pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a complexa execução das obrigações assumidas.

## **10 – DOS REAJUSTES DO PREÇO**

10.1 – O reequilíbrio econômico financeiro do contrato, para mais ou menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

10.1.1 – Para mais, na hipótese de sobreviver fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardantes ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado alea econômica (probabilidade de perda concomitante a probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

10.1.2 – Para menos, na hipótese de o valor contratado ficar muito superior ao valor de mercado.

10.1.3 – Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no setor de Licitações, a documentação que comprove o pedido de reequilíbrio.

10.1.4 – A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo a PREFEITURA a análise e deliberação a respeito do pedido.

10.1.5 – A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de rescisão do contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

10.1.6 – Se a CONTRATADA não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pela Prefeitura e a Contratada continuará obrigada a cumprir com os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

10.1.7 – Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago aos fornecedores.

10.1.8 – O Município se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação confortável, através da troca de fornecedores por parte da empresa, será considerado injustificado o pedido, mantendo-se os valores originais.

10.1.9 – A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

e emitir Nota de empenho complementar para as novas despesas, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de fornecimento já emitidas.

Siqueira Campos, 17 de junho de 2024.

Juliana Cristina de Souza  
Agente de Contratação/ Pregoeira  
Portaria n. 11/2024



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

## ANEXO II

### MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA FINAL (licitante vencedor)

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Data:

Dados para pagamento

Banco:

Agencia:

Conta:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024.

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e serviços de autoelétrica para manutenção dos veículos da frota municipal de Siqueira Campos, a serem solicitados conforme a necessidade pelo período de 12 (doze) meses.

Apresentamos nossa proposta para o fornecimento dos itens, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024 pelo menor preço por item, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

### PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA/ MODELO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
		R\$				

Valor Total: R\$ XXX (Por extenso)

### CONDIÇÕES GERAIS



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

- PRAZO DE GARANTIA (SE HOUVER) A garantia deverá ser da seguinte forma: para todos os itens de no mínimo XX (XXX) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto pela CONTRATANTE.
- LOCAL E PRAZO DE ENTREGA: De acordo com o especificado no Termo de Referência, deste Edital. Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.
- VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: No mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- Não haverá estipulação de pedido mínimo.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

## ANEXO III

### DECLARAÇÃO UNIFICADA

Á (O) Agente de contratação/ pregoeiro (a) e equipe de apoio da Prefeitura Municipal Siqueira Campos, Estado do Paraná.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024.

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/21.
- 2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- 4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do §º 3º do artigo 122 da lei 14.133/21.
- 5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6) Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- 7) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo ..... é .....(sócio



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

8) Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9) Declaramos para os devidos fins que, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: xxxxxx Telefone: (xxxxxxxxx).

10) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações e contratos deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

11) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente ao Pregão Eletrônico n.º Nº [Autor] e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

.....de 2024.

Local e Data Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP

Á (O) Agente de contratação/ pregoeiro (a) e equipe de apoio da Prefeitura Municipal Siqueira Campos, Estado do Paraná.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024.

Razão social XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, e sob pena de sofrer às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital, que a empresa está enquadrada como ME/EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. Declaro (amos) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não temos celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e que cumprimos os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do artigo 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Ainda, declaro (amos) estar cientes de que serão realizadas auditorias, por amostragem, junto aos órgãos da Receita Federal, Estadual e Municipal, consulta ao PNCP, com a finalidade de comprovar a veracidade do enquadramento como ME/EPP, sendo que, uma vez constatada irregularidade, poderá ocorrer responsabilização civil, administrativa e criminal na forma da Lei Federal nº 12.846/2013 e demais legislações pertinentes.

E por ser a expressão verdade, firmo (amos) a presente.

.....de 2024.

Local e Data Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO LGPD

Á (O) Agente de contratação/ pregoeiro (a) e equipe de apoio da Prefeitura Municipal Siqueira Campos, Estado do Paraná.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2024

Razão social XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

E por ser a expressão verdade, firmo (amos) a presente.

....., ..... de 2024.

Local e Data Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

## ANEXO VI

### CONTRATO N°\_DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS E A EMPRESA

.....

O MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 1837, Centro, inscrita no CNPJ/MF 76.919.083/0001-89, doravante denominado **CONTRATANTE**, sendo neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luiz Henrique Germano, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.473.449 SSP/PR e inscrito no CPF sob o n.º 278.117.609-59, residente e domiciliado em Siqueira Campos, Estado do Paraná, e a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no **CNPJ/MF sob nº XXXXXXXXXXXX**, com sede a Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo (representante ou procurador legal) senhor XXXXXXXX, de nacionalidade XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF nº XXXXXXXX, têm justo e firmado entre si este Contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO N° 37/2024, com integral observância da Lei Federal 14.133/21, mediante as cláusulas e condições seguintes.

#### **CLÁUSULA I – DO OBJETO**

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e serviços de autoelétrica para manutenção dos veículos da frota municipal de Siqueira Campos, a serem solicitados conforme a necessidade pelo período de 12 (doze) meses.

#### **CLÁUSULA II- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do Pregão Eletrônico n.º 37/2024, aplicando-se ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

#### **CLÁUSULA III - VALOR**

O valor deste contrato é de R\$ ..... (.....), referente aos itens conforme relatório de itens em anexo e a Ata de Julgamento de Proposta; para a aquisição dos bens durante o prazo de vigência da presente ATA, mencionados na cláusula I.

#### **Parágrafo Primeiro**

Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, tais como deslocamentos, hospedagens, materiais, taxas de entrega, tributos etc, sem qualquer ônus para a Administração.

#### **Parágrafo Segundo**

Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto correrão por conta dos recursos das Secretarias do Município, através das seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.30.26.00	Material elétrico e eletrônico
3.3.90.30.99.00	Demais materiais de consumo
3.3.90.39.05.00	Serviços gerais de elétrica veicular



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	DEPARTAMENTO
(35)02.001/2.012/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de contratos, licitações e compra de materiais.
(51)02.001/2.101/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de recebimento e distribuição de materiais.
(60)02.001/2.102/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de recursos humanos.
(67)02.001/2.105/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de indústria, comércio, trabalho e emprego.
(79)02.001/2.104/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de tecnologia e informática.
(87)02.001/2.107/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de convênios.
(93)02.001/2.108/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de turismo.
(96)02.001/2.109/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Fundo Municipal do trabalho.
(98)02.001/2.110/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Fundo de inovação.
(134)03.001/2.116/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000,104,107	Fundo municipal de educação – Fundamental
(110)03.001/2.117/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000,104	Fundo municipal de educação – Infantil.
(147)03.001/2.144/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Fundo municipal de educação – EJA.
(151)03.002/2.119/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de esporte amador.
(154)03.002/2.121/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de esportes de base.
(161)03.002/2.122/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de esportes diversos.
(176)03.003/2.113/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de cultura.
(194)04.001/2.123/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão municipal de proteção social básica e especial.
(205)04.001/2.124/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de habitação.
(210)04.001/2.125/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000,940	Fundo municipal de assistência social.
(227)04.001/6.932/3.3.90.30.00	Material de consumo	942	Assistência social PPAS I Estado
(240)04.001/2.142/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Fundo municipal de habitação.
(245)04.002/2.128/3.3.90.30.00	Material de consumo	303,1494	Divisão de farmácia, epidemiologia e atenção primária.
(249)04.002/2.062/3.3.90.30.00	Material de consumo	6494	Programa Pró Vigia PR – Custeio Estadual.
(255)04.002/2.129/3.3.90.30.00	Material de consumo	303,1494	Divisão de vigilância sanitária.
(268)04.002/2.131/3.3.90.30.00	Material de consumo	303	Divisão de atenção básica a saúde e transporte de pacientes.
(279)04.002/2.132/3.3.90.30.00	Material de consumo	303	Divisão de agendamento e atendimento aos usuários do SUS.
(290)04.002/2.134/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000,303	Fundo Municipal de Saúde.
(309)04.002/2.145/3.3.90.30.00	Material de consumo	303	Divisão de suprimentos da saúde.
(315)05.001/2.136/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de inspeção municipal.
(327)05.001/2.047/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Manutenção da divisão de agricultura.
(343)05.002/2.137/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de desenvolvimento urbano e ambiental.
(351)05.002/2.138/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Fundo municipal do meio ambiente.
(383)05.003/2.139/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000,511	Divisão de manutenção de veículos e equipamentos.
(361)05.003/2.952/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000,511	Manutenção do posto de bombeiro comunitário.
(398)05.003/2.143/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de transporte.
(411)05.004/2.118/3.3.90.30.00	Material de consumo	1000	Divisão de trânsito.
(37)02.001/2.012/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de contratos licitações e compra de materiais
(53)02.001/2.101/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de recebimento e distribuição de materiais
(61)02.001/2.102/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de recursos humanos
(69)02.001/2.105/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de indústria, comércio, trabalho e emprego
(75)02.001/2.103/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de comunicação e Marketing
(80)02.001/2.104/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de tecnologia e informática
(88)02.002/2.107/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros	1000	Divisão de convênios



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

	– PJ		
(94)02.002/2.108/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de turismo
(97)02.002/2.109/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Fundo Municipal do trabalho
(99)02.002/2.110/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Fundo de inovação
(120)03.001/2.059/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,104,107	Serviços de transporte escolar
(137)03.001/2.116/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,104,107	Fundo Municipal de Educação – Fundamental
(112)03.001/2.117/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,104	Fundo Municipal de Educação – Infantil
(163)03.002/2.122/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de esportes diversos
(179)03.003/2.113/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de cultura
(197)04.001/2.123/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão municipal de proteção social básica e especial.
(207)04.001/2.124/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de habitação.
(213)04.001/2.125/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,940	Fundo municipal de assistência social.
(222)04.001/2.126/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Fundo Municipal dos direitos da criança e do adolescente
(229)04.001/6.932/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	942	Assistência social PPAS I Estado
(241)04.001/2.142/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Fundo municipal de habitação.
(246)04.002/2.128/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	303	Divisão de farmácia, epidemiologia e atenção primária
(257)04.002/2.129/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	303	Divisão de vigilância sanitária
(270)04.002/2.131/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,303	Divisão de atenção básica a saúde e transporte de pacientes
(280)04.002/2.132/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	303	Divisão de agendamento e atendimento aos usuários do SUS
(292)04.002/2.134/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,303	Fundo Municipal de Saúde
(317)05.001/2.136/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de inspeção municipal
(328)05.001/2.047/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Manutenção da divisão de agricultura
(345)05.002/2.137/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de desenvolvimento urbano e ambiental
(385)05.003/2.139/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000,511	Divisão de manutenção de veículos e equipamentos
(363)05.003/2.952/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Manutenção do posto de bombeiro comunitário
(399)05.003/2.143/3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de transporte
(412)05.004/2.118/3.3.90.30.00	Outros serviços de terceiros – PJ	1000	Divisão de trânsito





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

## **CLÁUSULA IV – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

### **PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES PARA ENTREGA**

- 1- O prazo de entrega dos itens e serviços será de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Solicitação de Fornecimento.
- 2 – Para os itens referente aos serviços de mão de obra, deverão ser iniciados em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da Solicitação de Fornecimento, e toda despesa com a retirada e entrega dos veículos no local indicado pelo município de Siqueira Campos, correrão por conta da empresa contratada.
- 3 - As entregas das peças e acessórios deverão ser realizadas de forma parcelada, de acordo com a necessidade de cada Secretaria, sem ônus para o Município de Siqueira Campos, **no Centro de Distribuição do Município, localizado na Rua Mato Grosso, nº 1302, Vila Santa Izabel, Siqueira Campos/ Pr Cep: 84.940-000.**
- 4 - O serviço deverá ser executado em local adequado e que permita a segurança dos veículos caso necessite permanecer no local até o dia seguinte para o término da manutenção.
- 5 - A Secretaria ou Departamento ao qual o veículo estiver vinculado poderá designar um servidor, diretor do departamento ou condutor do veículo, por exemplo, para acompanhar pessoalmente a execução dos serviços a serem realizados a fim de atestar a execução e a qualidade do serviço.
- 6 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 7 – O não cumprimento do disposto nos itens anteriores do presente termo acarretará a anulação do empenho, bem como a convocação do fornecedor subsequente, considerando a ordem de classificação do certame. Ainda, o descumprimento dos prazos previstos acima ensejará na aplicação das penalidades previstas no edital, no termo de referência, no contrato e na lei de licitações, ficando todos os contratados desde já CIENTES E NOTIFICADAS da impossibilidade do descumprimento do prazo.
- 8 - Esclarecimentos sobre as autorizações de fornecimento e entregas poderão ser obtidos através do telefone (43) 3571 1122 ou no e-mail [compras@siqueiracampos.pr.gov.br](mailto:compras@siqueiracampos.pr.gov.br) - Departamento de Compras.
- 9- Todas as despesas de entrega com frete, deslocamento, carregamento, descarregamento, impostos e outras correrão por conta da empresa contratada, sendo sua obrigação fornecer/entregar os itens em perfeitas condições de utilização;
- 10- Todos os itens deverão estar em perfeitas condições de uso.
- 11- Os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.
- 12- O desempenho do contrato será avaliado continuamente pela Administração Municipal, que poderá solicitar ajustes e melhorias nos serviços prestados, caso necessário.
- 13- As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14- Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá preferencialmente se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores, se houver, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

15- Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor - cadastro de reserva, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

16- Exaurida a capacidade de fornecimento do licitante que formulou oferta parcial, poderão ser contratados os demais licitantes, até o limite do quantitativo registrado, respeitada a ordem de classificação, pelo preço por eles apresentados, desde que sejam compatíveis com o preço vigente no mercado, o que deverá ser comprovado nos autos.

17- Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18- Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

19- A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

20- O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

21- A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

## **Parágrafo Primeiro**

Os prazos de duração e de vigência da ATA do REGISTRO DE PREÇOS será de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ATA, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 prorrogável, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

## **Parágrafo Segundo**

Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Parágrafo Terceiro**

Garantia da contratação: Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos arts. 96 e seguintes da lei nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA V – RECEBIMENTO DO OBJETO**

- Os itens serão recebidos:

a) Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato que verificará o prazo de validade, os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

contrato; para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

b) Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, definitivamente, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo das penalidades.

c) O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.11 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.12 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.13 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.14 - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA VI – FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, em moeda corrente, através de Ordem Bancária, obedecida a estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público, justificadas com a devida publicidade e conhecimento das partes contratantes, considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

### **Parágrafo Primeiro**

a) O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

b) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

c) Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:  $I = (TX / 100) / 365$

EM =  $I \times N \times VP$ , em que: I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e VP = Valor da parcela em atraso.

d) A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

e) Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

f) O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a data da emissão; o prazo de validade; os dados do contrato e do órgão contratante; o



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

g) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

h) A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

i) Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para: verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

j) Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

k) havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

l) Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

m) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

n) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

o) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

p) O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Parágrafo Segundo**

Quando a CONTRATADA estiver sediada no Estado do Paraná e contratar com o Município de Siqueira Campos-Pr, deverá emitir nota fiscal eletrônica, conforme Decreto Estadual Nº 3.330/2008.

## **Parágrafo Terceiro**

Caso a CONTRATADA esteja em débito ou apresente alguma irregularidade cadastral junto à Secretaria de Fazenda do Município de Siqueira Campos-Pr, os respectivos empenhos em seu nome não poderão ser liberados, e, de consequência, estes não terão validade nem eficácia.

## **CLÁUSULA VII – MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

a) A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato/Instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a fornecedora devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

e) Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa fornecedora para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

f) A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal ou pelos respectivos substitutos.

g) O Fornecedor será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou instrumento equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

h) O Fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou instrumento equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

i) Somente o fornecedor será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

j) A inadimplência do fornecedor em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou instrumento equivalente (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

k) Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a regularidade fiscal da empresa.

l) O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º). O fiscal da Ata de Registro de Preços informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

m) O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços acompanhará a execução da Ata de Registro de Preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico da Ata de Registro de Preços emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato ou instrumento equivalente nas datas aprazadas, o fiscal técnico da Ata de Registro de Preços comunicará o fato imediatamente ao gestor da Ata de Registro de Preços. O fiscal técnico da Ata de Registro de Preços comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da Ata de Registro de Preços sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

n) O fiscal administrativo da Ata de Registro de Preços verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

o) Caso ocorram descumprimento das obrigações, o fiscal administrativo da Ata de Registro de Preços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da Ata de Registro de Preços para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

p) O gestor da Ata de Registro de Preços coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata de Registro de Preços, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. O gestor da Ata de Registro de Preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. O gestor da Ata de Registro de Preços acompanhará os registros realizados pelos fiscais da Ata de Registro de Preços, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. O gestor da Ata de Registro de Preços emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo fornecedor, com menção ao seu desempenho na execução, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

q) O gestor da Ata de Registro de Preços tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

r) O fiscal administrativo da Ata de Registro de Preços comunicará ao gestor da Ata de Registro de Preços, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

s) O gestor da Ata de Registro de Preços deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços, no Edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

b) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Administração, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Caberá à contratada todo e qualquer custos decorrentes da entrega do objeto.

g) Quando não for possível a verificação da regularidade em Sistema de Cadastro de Fornecedores, o fornecedor deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

h) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

i) Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

j) Paralisar, por determinação da Administração, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

k) Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

l) Cumprir, durante todo o período de execução da Ata de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

## **CLÁUSULA IX - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da Administração:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor, de acordo com a Ata de Registro de Preços e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços e o cumprimento das obrigações pelo Fornecedor;

e) Efetuar o pagamento ao Fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços;

f) Aplicar ao Fornecedor sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;

g) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Fornecedor;

h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

i) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA X - REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Os preços registrados poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida na letra "d" do inciso II, do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### **Parágrafo Primeiro**

Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

c) A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos ou instrumentos equivalentes com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

## **Parágrafo Segundo**

Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata.

## **Parágrafo Terceiro**

A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

## **Parágrafo Quarto**

A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo a análise dos preços pelo responsável pelas pesquisas de preços e a deliberação a respeito do pedido pelo Diretor do Departamento de Compras, Licitações e Contratos e decisão final do Secretário responsável pela solicitação.

## **Parágrafo Quinto**

Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

a) Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

b) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

c) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

d) Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

## **Parágrafo Sexto**

Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

## **Parágrafo Sétimo**

Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

## **Parágrafo Oitavo**

Se não houver prova efetiva de desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

## **Parágrafo Nono**

Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem acima, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

## **Parágrafo Décimo**

O reequilíbrio será concedido a partir da data do protocolo do pedido. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.

## **Parágrafo Décimo Primeiro**

Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

## **Parágrafo Décimo Segundo**

Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

## **Parágrafo Décimo Terceiro**

Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.

## **Parágrafo Décimo Quarto**

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

## **CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA OU DOS PREÇOS REGISTRADOS**

O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

- a) For liberado;
- b) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- e) Não aceitar o preço revisado pela Administração.

## **Parágrafo Primeiro**

A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:





# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

- a) Pelo decurso do prazo de vigência;
- b) Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
- d) Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

## **Parágrafo Segundo**

No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

a) O fornecedor ou prestador será notificado pessoalmente para apresentar defesa no prazo de cinco dias, a contar do recebimento da comunicação.

b) A notificação poderá ser feita por meio eletrônico.

## **CLÁUSULA XII – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA**

Nos termos das legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firma o presente contrato, juntamente com o Senhor Prefeito Municipal, o(s) Secretário(s) do Município Designado, obrigando-se ao cumprimento do contido na legislação pertinente relativo ao objeto deste contrato.

## **Parágrafo Primeiro**

Ficam designados para fiscalização e acompanhamento da execução do contrato:

O Detentor do Contrato se submeterá à fiscalização do Município, ficando desde já designados os servidores fiscais: Louise de Melo Sabino – Secretaria de Administração, Elizangela Verchai Avila – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, Paulo Cezar de Oliveira – Secretaria de Saúde e Assistência Social e Alexandre Bianchi de Souza – Secretaria de Obras, Agricultura e Meio Ambiente, nomeados através das Portarias 077/2022, 32/2023 e 101/2023 e o Secretário Municipal responsável pela solicitação, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

## **Parágrafo Segundo**

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **Parágrafo Terceiro**

O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **CLÁUSULA XIII – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Fornecedor que:



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

- a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para sua celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- h) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## **Parágrafo Primeiro**

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- b) Advertência, quando o Fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- c) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- e) Multa:

A multa poderá ser aplicada após o envio de um Termo de Ocorrência à CONTRATADA, que poderá se manifestar apresentando o contraditório e sua defesa em até 10 (dez) dias úteis.

Multa pela inexecução contratual inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sendo graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites:

10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizado, sem prejuízo das demais, cominações aplicáveis, na recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, após regularmente convocada, caracterizado inexecução total das obrigações acordadas; 20 % (vinte por cento), calculada sobre o valor total da contratação, nos casos de anulação do contrato ou rescisão contratual por culpa ou motivação da CONTRATADA. 1 % (um por cento) ao dia, sobre o valor do item, no caso de atraso da entrega.

## **Parágrafo Segundo**



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º)

## **Parágrafo Terceiro**

Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

## **Parágrafo Quarto**

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

## **Parágrafo Quinto**

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## **Parágrafo Sexto**

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

## **Parágrafo Sétimo**

A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

## **Parágrafo Oitavo**

A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

## **Parágrafo Nono**

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **Parágrafo Décimo**

Os débitos do Fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo fornecimento ou de outros contratos administrativos que o fornecedor possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **CLÁUSULA XIV – CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 720, de 05 de outubro de 2015.

## **Parágrafo Único**

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **CLÁUSULA XV – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica eleito o Foro da Comarca de Siqueira Campos/PR, com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas ou questões decorrentes da presente ATA.

A Administração não se obriga a utilizar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições previstas neste instrumento.



# Município de Siqueira Campos – Estado do Paraná

LEGISLATURA 2021/2024

Rua Marechal Deodoro, 1837 – CEP: 84.940-000 Fone/fax: (43) 3571-1122

---

Fazem parte integrante desta Ata, independentemente da transcrição, as condições estabelecidas no Edital e as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações pertinentes.

E, por estarem justos, firmam a presente ATA para que surtam todos os efeitos legais.

Siqueira Campos, XX de XXXX de 2024.

---

LUIZ HENRIQUE GERMANO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

---

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

RG:

RG: